ministrativo, porquanto não foi fixado o alinhamento, não se deram as cotas do nível, como, também, não consta das deliberações reclamadas se a Câmara, com prévia louvação de peritos, por ela nomeados, cedeu ou adquiriu terrenos para a mesma construção, não podendo tais faltas ser supridas nem pelo auto de inquirição de fl. . . ., nem pela vistoria a que se procedeu:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, e conformando-me com a presente consulta, decretar a denegação do provimento no recurso.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 31 de Março de 1915.—*Manuel de Arriaga—Pedro Gomes Teixeira.*

DECRETO N.º 1:477

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso 14:198, em que é recorrente a Câmara Municipal de Lisboa e recorrido Luís Maria Lima Rocha:

Luís Maria Lima Rocha, amanuense da 3.ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, tendo contratado com Francisco Damião Canas Franco, desta cidade, a dívida de 230\$500 réis, para o respectivo pagamento notificou o tesoureiro da mesma Câmara, Augusto de Oliveira Machado, para que mensalmente se lhe fôsse descontada no seu ordenado a quantia de 8\$500 réis, prestação esta que seria recebida pelo seu referido credor para pagamento da dívida contraída;

Mostra-se que tendo falecido o mencionado credor e por este facto, de novo o recorrido notificou o tesoureiro da Câmara, para que o seu ordenado lhe fôsse integralmente pago;

Mostra-se que os herdeiros do falecido credor, em seguida notificavam o mesmo tesoureiro para que, ficando sem efeito a segunda referida notificação por parte do recorrido devedor, se lhe continuasse a entrega mensal da importância mencionada até integral pagamento da dívida contraída, nos termos das condições ajustadas;

Mostra-se que, sujeito o caso à apreciação da Câmara Municipal, resolveu esta (documento de fl. . . .) que fôsse desatendida a segunda notificação do recorrido, continuando a ser feitas as deduções nos termos prelitos, no ordenado do recorrido, até perfazorem o total da importância da dívida, a qual importância ficaria depositada no cofre da Câmara para ser entregue a quem de direito e como fôsse julgado pelos tribunais competentes;

Desta deliberação reclamou o recorrido para a Auditoria do distrito com os fundamentos expostos na petição de fl. . . ., sendo a reclamação atendida pela sentença de fl. . . .;

Vem desta sentença o presente recurso interposto pela Câmara Municipal, sendo o recurso interposto em tempo e legítimas as partes;

O que tudo visto o mais que dos autos consta e ouvido o Ministério Público:

Considerando que o despacho de fl. . . . não podia suprir o requerimento da citação ou notificação das partes interessadas, artigo 8.º do regulamento de 27 de Julho de 1901, decreto sobre consulta deste Supremo Tribunal, de 30 de Novembro de 1906, não tendo o auditor administrativo competência para ordenar citações que lhe não sejam negociadas nos termos do citado regulamento:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, conformando-me com a presente consulta, anular todo o processo, salvo os documentos.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 31 de Março de 1915.—*Manuel de Arriaga—Pedro Gomes Teixeira.*

DECRETO N.º 1:478

Sendo-me presente a Consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso n.º 14:884, em que é recorrente a Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo, o recorrido Francisco Mendonça Pacheco e Melo, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Manuel Pais de Vilas Boas:

Mostra-se da recorrida sentença a fl. . . . o seguinte:

— que perante a Auditoria Administrativa do distrito de Angra do Heroísmo reclamou Francisco do Mendonça Pacheco e Melo contra as deliberações da Junta Geral do mesmo distrito, em sessão de 18 de Novembro de 1912 e de 3 de Abril de 1913, e da Comissão Distrital, de 13 de Janeiro de 1912 e de 12 de Março de 1913, pelas quais lhe foi descontado um tórço do seu vencimento, como comissário da extinta policia repressiva da emigração clandestina naquele distrito e no da Horta, durante noventa dias que gozou de licença concedida por despacho do Governo, de 26 de Agosto de 1911, e finda em 25 de Novembro do mesmo ano, e suspenso aquelo vencimento desde esta data até 18 de Janeiro de 1913, em que foi colocado em idêntica situação no distrito do Funchal, e ainda contra as deliberações de 3 de Abril e 18 de Outubro de 1913, tomadas sobre petições do reclamante, para que os seus vencimentos em dívida fôsem incluídos em orçamento;

Alega o reclamante:

— que na qualidade de comissário da policia repressiva de emigração era um funcionário do Estado, pago pela Junta Geral, sem que esta interferisse directa ou indirectamente no seu serviço (decreto de 3 de Outubro de 1903 e regulamento de 3 de Julho de 1896);

— que a Junta Geral pela sua Comissão Distrital, em sessão de 28 de Dezembro de 1910, declarou extinta neste distrito a policia de emigração clandestina, colocando o reclamante como adjunto ao gabinete do director das obras públicas distritais;

— que esta resolução lhe foi comunicada por meio do officio, de que não fez caso, porque a Junta carecia de competência para lhe dar ordens, e portanto, nenhum serviço prestou;

— que por decreto de 21 de Janeiro de 1911 foi extinto o corpo de policia repressiva de emigração neste distrito, e colocado o pessoal no quadro geral dos adidos do Estado, continuando o pagamento a cargo da Junta Geral, à qual prestaria os serviços que ela indicasse;

— que ao reclamante nenhum serviço lhe foi destinado, e necessitando tratar da sua saúde, requereu e obteve do Governo noventa dias de licença por despacho ministerial de 12 de Maio de 1911, e finda esta, nova licença obteve, de igual duração, por despacho de 26 de Agosto do mesmo ano;

— que desde esta data começou a Junta Geral a descontar-lhe um tórço do seu vencimento, por entender que lhe era applicável o disposto no artigo 348.º do Código Administrativo de 1878, mas anteriormente pagou ao reclamante os vencimentos por inteiro, mesmo sem lhe prestar serviços, e terminada a licença suspendeu-lhe o vencimento, por ignorar a situação do reclamante;

— que então recorreu para o Ministro do Interior a pedir o pagamento integral dos seus vencimentos, informando a Direcção Geral da Administração Política e Civil que não havia lugar a desconto, porque o reclamante na situação de adido, à espera de colocação, podia prestar o mesmo serviço em qualquer parte;

— que requereu na mesma ocasião lhe fôsse permitido residir em Lisboa, apesar de, como adido, poder residir em qualquer parte do país, informando a Direcção Geral em sentido favorável, requerimento este e o antecedente enviados por despacho ministerial à Junta Geral para informar;